

Câmara aprova PEC da reforma tributária em dois turnos. Texto vai ao Senado

Nesta madrugada, após mais de dez horas de sessão, os deputados aprovaram, em primeiro turno, o texto-base da reforma tributária por 382 votos a 118, com três abstenções. A proposta de emenda à Constituição (PEC), apresentada pelo governo Lula (PT), reformula a tributação sobre o consumo. A aprovação em segundo turno ocorreu já na madrugada, aproximadamente a 1h40 da manhã. Foram 375 votos a favor e 113 contrários à PEC.

A Câmara dos Deputados transferiu a votação dos destaques apresentados à reforma tributária (PEC 45/19), em segundo turno, para esta sexta-feira (7). Somente depois de concluída esta etapa é que a proposta poderá ser enviada ao Senado Federal. A sessão de votação está marcada para as 10 horas.

Por meio dos destaques, os partidos tentarão mudar trechos do texto elaborado pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Na única votação de destaques do segundo turno na madrugada desta sexta-feira (7), os parlamentares rejeitaram pedido da Federação Psol-Rede de retirar do texto a extensão da imunidade tributária dos templos de qualquer culto às suas entidades religiosas, incluindo organizações assistenciais e beneficentes. Assim, essa imunidade continua para todos os tributos.

A votação

A sessão começou às 11h, com debates em torno do texto. Por volta das 18h, começou a votação. Um requerimento do PL para adiar a votação foi derrotado por 357 votos a 133 e os debates seguiram enquanto os deputados



votavam. A PEC em primeiro turno foi aprovada quando o relógio se aproximava das dez da noite. O número de votos a favor, além da própria aprovação, provocaram efusivas comemorações entre a base governista. O presidente Arthur Lira (PP-AL) também foi celebrado. Antes de proferido o resultado, Lira chegou a se licenciar da presidência da sessão para discursar no púlpito, onde fez uma defesa firme da reforma.

Para ampliar a base de apoio, o relator da proposta na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), fez mudanças de última hora. O texto traz algumas mudanças em relação à proposta apresentada há duas semanas, como maiores reduções de alíquotas, isenção para alguns produtos da cesta básica e mudanças no Conselho Federativo, órgão que decidirá as políticas fiscal e tributária.

Alterações

Após quase duas horas de discussões e de ameaças de adiamento da votação da reforma tributária, Aguinaldo Ribeiro apresentou a última versão do parecer.

Em relação à cesta básica, o novo parecer zera a alíquota do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) para itens a serem incluídos em lei complementar,

além de frutas, produtos hortícolas e ovos. Essa lei criará a “cesta básica nacional de alimentos”. A mudança diminui resistências de alguns estados em abrir mão de arrecadação porque não estimularia uma nova guerra fiscal em torno de produtos alimentícios, já que a lista valerá para todo o território nacional.

O relator também aumentou, de 50% para 60%, o redutor de alíquotas do IVA que incidirão sobre alguns produtos e setores com tratamento diferenciado. Transporte público, saúde, educação, cultura e produtos agropecuários fora da cesta básica nacional pagarão 60% a menos de IVA, imposto que unirá a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), arrecadada pela União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de responsabilidade dos estados e dos municípios.

Além dos produtos da cesta básica nacional, a CBS não será cobrada sobre medicamentos para doenças graves e sobre serviços de educação superior (Prouni). Os demais produtos pagarão a alíquota cheia de IVA, que será definida após a reforma tributária.

[Texto completo editado pelo Portal CUT com informações da Agência Câmara de Notícias](#)



MGI se compromete a incluir plano de carreira da Funai na LOA 2024

Os servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) realizaram na tarde de quarta-feira, 5, a 19ª vigília pelo Plano de Carreira Indigenista e o Plano Especial de Cargos (PCI/PEC). A atividade foi realizada em frente ao edifício sede da Funai.

Na vigília, a diretora da Executiva do Sindsep-DF, Mônica Carneiro, informou que em reunião na segunda-feira, dia 3, a direção do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) se comprometeu a incluir a proposta do plano de carreira dos servidores da Funai no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2024.

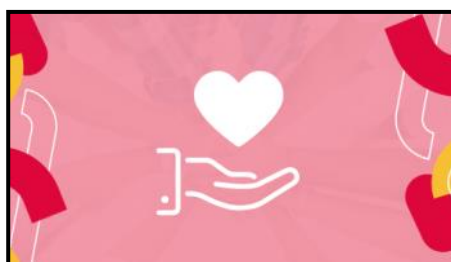
Na reunião, a equipe de Desenvolvimento de Carreira da pasta informou que já concluiu a análise técnica do PCI/PEC e já solicitou à Funai os ajustes necessários para adequar a proposta às diretrizes gerais que o governo vem adotando para a estruturação e reestruturação de carreiras.

Embora não tenham detalhes sobre a proposta, que está em fase de ajustes, os servidores veem como positivo o compromisso assumido pelo MGI de incluir o plano de carreira da Funai no orçamento do ano que vem. “Estamos otimistas, mas sabemos que para conquistar a implementação do plano ainda temos muitas batalhas para vencer. Por isso, os servidores de-

vem seguir mobilizados e construindo as condições para que o PCI/PEC saia do papel e beneficie de fato todos os servidores da Funai”, afirmou a diretora.

Mônica lembra que o plano de carreira da Funai é uma medida muito importante para a reconstrução da política indigenista de Estado, uma vez que as condições de trabalho, de segurança, de remuneração dos servidores da fundação dificultam a permanência dos trabalhadores no órgão, não apenas na sede em Brasília, mas também nas regiões de difícil acesso e de conflito, como a região amazônica.

Sindsep-DF



Marcha das Margaridas 2023

A marcha das margaridas é a maior ação de mulheres da América Latina.

Doe e contribua com a edição de 2023:
pela reconstrução do nosso país e pelo bem viver!